HVMANITAS

[Recensão a] Fernández Ubiña, José y Marcos, Mar (eds.) - Libertad e intolerancia religiosa en el Imperio romano,

Autor(es): Dias, Paula Barata

Publicado por: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/27960>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/2183-1718_61_18

Accessed : 26-Apr-2023 10:59:40

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

humanitas

Vol. LXI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

HVMANITAS

Vol. LXI

FERNÁNDEZ UBIÑA, José y MARCOS, Mar (eds.), *Liberdad e intolerancia religiosa en el Imperio romano*, Ilu. Revista de las religiones. Anejos. Serie de monografías, Anejo XVIII-2007, Publicaciones Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2007, 284 pp. ISBN: 978-84-669-3051-2

Este volume colectivo reúne os resultados de um conjunto de projectos, financiados pelo Ministério da Educação, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia espanhóis e pelo FEDER, a que se propuseram os editores e as Universidades a que pertencem, respectivamente, a professora Mar Marcos, pela Universidade da Cantábria, e José Fernández Ubiña, pela Universidade de Granada.

Como bem destacam estes coordenadores nas breves páginas de prefácio que precedem os trabalhos (pp. 7-10), este livro vem ao encontro da actualidade do tema da liberdade e da convivência religiosas, sob o pressuposto de que reflectir sobre estas realidades, tal como influíram no império romano, podem contribuir para a compreensão de fenómenos semelhantes e dos problemas das sociedades contemporâneas, caracterizadas, tal como o mundo romano imperial, pelo do estreitamento das distâncias e dos factores geográficos, pela globalização e pela diversidade multiétnica.

Esta breve introdução estabelece uma rigorosa panorâmica das conclusões dos trabalhos desenvolvidos. Fica, contudo, empobrecida, no nosso entender, pela ausência de explicitação da propriedade com que aqui se empregam termos axiais para todos os estudos, e que hoje têm sido aclarados pelos estudos sociais: tolerância, intolerância, coexistência, conflito, convivência e exclusão, liberdade religiosa e opressão são dicotomias que, aplicadas ao domínio da diversidade cultural própria de uma *kosmopolis* (seja o império romano dos sécs. I-V, seja o mundo actual), se revestem já de uma reflexão académica, havendo sempre o risco de, ao utilizar suportes teóricos cujos termos se consolidaram na actualidade, se produzirem anacronismos. Neste contexto, o propósito de estabelecer pontes com a realidade complexa do mundo actual fica um pouco comprometido (ou adiado, atendendo a que esta publicação pode constituir uma etapa de um projecto a continuar), pela ausência de um suporte teórico que legitime tal atitude.

Os organizadores assinalam, no prefácio, a delicadeza de “en qué medida es metodológica y científicamente apropiado trasladar a la sociedad

imperial los conceptos modernos de libertad y tolerância religiosas”, e pensamos que o estudo de Mar Marcos presente neste volume, riquíssimo de informação e sob muitos aspectos notável, ao contrário do que se alude, não preenche esta lacuna epistemológica e metodológica. Teria sido, portanto, interessante que a introdução tivesse atendido à matização destes conceitos.

Acresce o facto de o emprego dos termos em análise pelos agentes documentados na obra (judeus, cristãos, membros de heterodoxias cristãs, politeístas) ter sido alvo de uma utilização parcial, emocionalmente envolvida e retoricamente motivada. A maioria pagã do séc. II, considerando-se verdadeira praticante de *religio*, concordaria com as vozes pagãs críticas do cristianismo que o classificaram como uma *superstitio*, interpretações estas que se invertem no final do séc. IV, com o triunfo do cristianismo. Do mesmo modo, o politeísmo greco-romano começou por apodar quer o judaísmo quer o cristianismo de se tratarem de “*sectae*”, ou cultos étnicos, de minorias pouco sociáveis, sem propósitos de integração e hostis aos propósitos comuns de estabilidade universal garantidas pela política religiosa imperial, a única que defendia a segurança do Estado e assegurava a *pax deorum*. Esta situação inverte-se quando, ao tornar-se dominante, o cristianismo se afirma como religião universal (*catholica*), e os cultos politeístas são considerados manifestações religiosas restritas, locais, e rústicas, próprias de pessoas pouco instruídas, ou seja, dos *pagani* (e Mar Marcos dá disso conta no seu artigo “La idea de libertad religiosa: p. 64). As dicotomias temáticas acima apontadas podem, portanto, ser versáteis no seu uso, e na maior parte dos casos reversíveis, conforme o nível de poder dos seus empregadores, podendo ser usadas para justificar uma agenda própria ou para denunciar a dos adversários.

As colaborações dividem-se em três secções temáticas. Numa primeira parte, sob o tema “Judaísmo y cristianismo,: perseguição, liberdade, tolerância e intolerância”, reúnem-se os estudos de José Ayaso Martínez “Espacios para la Libertad en el Judaísmo rabínico clásico” (pp. 13-25); de José Fernández Ubiña, também coordenador, José Fernández Ubiña “Razones, contradicciones e incógnitas de las persecuciones anticristianas. El testimonio de Lucas- Hechos (pp. 27-60)”; de Mar Marcos “La idea de libertad religiosa en el Imperio romano”, (pp. 61-81). Numa 2ª parte, a mais extensa, reúnem-se sob o tema “Convivencia y conflicto en la Antigüedad Tardía”, os contributos de Juana Torres “La ocupación de espacios sagrados como fuente de conflicto entre paganos y cristianos” (pp. 85-98); de Ramon Teja, “De Menute a Abukir. La suplantación cristiana de los ritos de la incubatio

en el templo de Isis en Menute (Alejandría)”; de Hugo Zurutuza “la intolerancia religiosa de Constancio II: algunas puntualizaciones sobre el exilio de los adversarios”, (pp. 115-126); de Silvia Acerbi, “Intolerancia dogmática en el siglo V: un estudio de la legislación imperial anti-herética (Cth. XVI, 5, 66-C.I.I, I, 3-Aco II, III, 3); de Purificación Ubric Rabaneda “La coexistencia religiosa en la cotidianidad de la Antigüedad Tardía”, (pp. 145-165). Na 3ª parte, surgem, sob o tema “Tolerancia e intolerancia en Hispania en la Antigüedad Tardía, as participações de Julio M. Romàn Punzón “Evidencias arqueológicas de intolerancia religiosa en la Península Ibérica durante la Antigüedad Tardía” (pp. 169-195); de Josep Amengual e de Margarita Orfila “Paganos, judíos y cristianos en las Baleares: documentos literarios y arqueológicos” (pp. 197-246); de Pedro Castillo Maldonado, temos “Intolerancia en el reino romano-germánico de Toledo: testimonio y utilidad de la hagiografía” (pp. 247-284), colaboração que conclui este volume temático.

Um índice temático de nomes e lugares citados e uma bibliografia selecta teriam sido de utilidade para o leitor, uma vez que os estudos parcelares não apresentam, a não ser nas notas de rodapé, a bibliografia utilizada, e se caracterizam por uma diversidade temática que torna delicada a coesão interna do volume que, na circunstância de se tratar de um volume colectivo de características multidisciplinares, deve ser complementada por complementos como índices temáticos e tábuas bibliográficas. Faltam também breves notas biográficas dos autores desta obra colectiva. Pelo conteúdo dos estudos, depreendemos a formação, investigação e docência no âmbito da filologia antiga, da história antiga, da arqueologia romana, o que só abona a favor do carácter multidisciplinar que teria presidido ao estudo do tema da intolerância e liberdade religiosas no império romano. Mas, excepto as breves notas de apresentação contidas no prefácio, fica omitida informação sobre os interesses académicos e os percursos científicos trilhados pelos autores.

Resulta evidente que, embora esse não seja um propósito assumido explicitamente no prefácio, o âmbito histórico de projecção do tema se restringe ao período tardio do império romano, aquele em que o cristianismo se tornou uma força religiosa visível e condicionante das sociedades em contacto com as expressões religiosas pagãs (Primeira Parte, a partir de Fernandez Ubiña, “Razones, contradicciones e incógnitas de las persecuciones anticristianas...”, toda a Segunda Parte) e o período da Antiguidade Tardia e do Mundo Visigótico na Hispânia (Terceira Parte).

O contacto com as religiões judaica e cristã trouxeram ao mundo romano o desafio novo de encontrarem no seu seio expressões religiosas exclusivistas. Será abusivo dizer que a religião nunca constituiu, na Antiguidade, motivação para o conflito (as Guerras Sagradas em torno do Santuário de Delfos entre o séc. V e III, a reacção do senado romano face aos cultos dionisiacos, em 187 a.C. são exemplos de conflitualidade promovida por questões religiosas), mas este era um pretexto para ambições de supremacia, ou respondiam pontualmente a um episódio. Nos casos referidos, nunca esteve presente a ilegitimidade, ou a falsidade do culto do adversário.

No seu essencial, esta atitude permaneceu, e a resposta romana face ao judaísmo e ao cristianismo foi requerida por factores externos ao próprio conteúdo do culto, nomeadamente o receio pela coesão do império. A hostilidade romana face ao judaísmo e ao cristianismo radica em múltiplos factores (a começar pelas guerras judaicas dos sécs. I a.C. e d.C., que favoreceram uma atitude de desconfiança em relação aos assuntos que tivessem a ver com a Palestina), mas sobressaem o carácter étnico dos seus cultores, o monoteísmo, o proselitismo, a recusa em participar nos rituais religiosos oficiais e no culto ao imperador. Por isso, os cristãos têm necessidade de explicar às autoridades os seus propósitos pacíficos e o seu interesse na salvaguarda da sociedade e do estado, o que explica as diferenças entre os textos cristãos dirigidos para dentro da comunidade e os que se concentram na tentativa de diálogo com os seus ouvintes externos.

Os primeiros dois artigos deste estudo são consagrados ao tema das minorias religiosas judaicas e proto-cristãs no império romano do séc. I d.C.; a Segunda Parte é dedicada ao tema da convivência e conflito na Antiguidade Tardia, tomando os estudos como fontes para análise a acção política e a legislação imperial (Zurutuza: *la intolerância religiosa de Constâncio II*, p. 115; Acerbi: “Intolerância dogmática en el siglo V...”, p. 127); e a conflitualidade religiosa no Oriente romano (Torres: “La ocupacion de espacios sagrados...”, p. 85; Teja: “De Menute a Abukir...”, p. 99).

Destaque-se o estudo de Rabaneda que, procurando debruçar-se sobre a generalidade do fenómeno da coexistência da diversidade religiosa na vida quotidiana da Antiguidade Tardia, documentou numerosos episódios de intercâmbio entre pessoas de credo diferente em pontos distintos do império romano, dados históricos que, confrontados com os textos anteriores, nos permitem antever dois comportamentos distintos face à diversidade religiosa: a actuação do Estado e das instituições, porventura o dis-

curso das elites religiosas, eclesiásticas e mesmo intelectuais (Santo Agostinho, *De Civ. Dei*, V, 24, Acerbi, op. cit., p. 143), mais rígidos e definidos quanto à regulação da diferença religiosa, e o espaço da vida quotidiana, submetido a interesses, pressões, necessidades que tornavam pragmaticamente útil não só a coexistência como a convivência, ou seja, em que o factor religioso definindo identidades, não era relevante para o agir corrente. Ou seja, há que reconhecer, e valorizar o facto de a História das Ideias poder não alinhar com os actos concretos.

O estudo da professora Mar Marcos incide sobre a emergência da ideia de liberdade religiosa no império romano, apontando os apologetas cristãos, em particular Tertuliano, no séc. II (pp. 61-62) como os pioneiros na expressão deste conceito. Reclamar a liberdade para adorar o seu Deus passa é uma aspiração que os cristãos vêem realizada, gradualmente, pelos éditos imperiais de tolerância do início do séc. IV. São, portanto, estes os dois *corpora* textuais valorizados pela autora, a apologética cristã, a contra-resposta pagã e a legislação imperial que acaba por outorgar a liberdade de culto, não como um direito natural dos homens, mas como medida de clemência e de indulgência de um imperador generoso, que considera ser esse o interesse do Estado a que preside. Como a autora bem aponta, entre a formulação do conceito e a sua aplicação pela lei situa-se uma faixa temporal relativamente breve, pois o cristianismo instalado na política imperial, particularmente após Teodósio I, produzirá uma inversão dos discursos, em que são os cultores das religiões tradicionais a reclamarem da uniformização cristã imposta pela força de lei.

Juana Torres “La ocupación de espacios sagrados...”, p. 85 e Júlio Punzon “Evidências arqueológica de intolerância religiosa...” trazem-nos novas contribuições e exemplos de uma das facetas mais dramáticas da cristianização do mundo greco-romano, que é o do conflito e da ocupação concreta dos espaços físicos concretos identificados como locais de culto religioso: santuários, templos antigos, túmulos, memoriais, ou mesmo locais de cultos rurais, como nascentes, árvores ou determinados arranjos geológicos foram, por todo o mundo romano, desde o Ocidente até ao Oriente, foram alvos da intervenção cristã, em turbas desordenadas ou mesmo com o apoio das autoridades, após Teodósio I: por mutilação da arquitectura, da estatuária e das oferendas, expulsão dos sacerdotes, destruição dos altares e demolidos ou incendiados. Estes actos podiam ser seguidos da “cristianização” destes lugares, tornando-os eremitérios e igrejas, necrópoles, santificados pela deposição de relíquias de mártires ou de homens santos.

Recordamos que este modo de agir repete, de algum modo, o comportamento ancestral em que, quando dois povos se envolviam em guerra, os deuses respectivos também se envolviam em conflito uns com os outros, e o povo que vencesse veria os seus deuses expulsar a divindade políade do povo vencido. Integrava-se portanto nos rituais de *victoria* sobre o adversário. Recordamos também, nos poemas homéricos e na tragédia grega, os episódios de impiedade religiosa que passam pela destruição dos locais sagrados do vencido. De algum modo, o cristianismo reproduz, neste comportamento, uma mentalidade profundamente conservadora face à religião, embora sobressaia pela dimensão e pelo carácter sistemático deste combate aos ídolos. O primeiro texto estuda as ocorrências e as motivações para estes actos, servindo-se, sobretudo, da *Historia Ecclesiastica* de Sozómeno, da *Vida de Constantino* e das *Biografias de Santos*.

O segundo texto analisa a dimensão do fenómeno na Península Ibérica durante a Antiguidade Tardia, estudando sobretudo as *uillae* em que se documentam quer o período pagão quer o período cristão. Para as cidades, o autor fala da ocupação pelo cristianismo de estruturas da administração civil romana (Tróia em Setúbal, Conímbriga, Mértola, Barcelona, Valência, Sevilha (pp. 171-175). O A. fala da ocupação por necrópoles ou igrejas cristãs de *uillae* anteriormente abandonadas (pp. 176-182), destacando-se a região a Oeste de Mérida e a Bética (ver p. 190). A legislação imperial de Arcádio e Honório acolhida no CTH procura prevenir e condenar a destruição de lugares conotados com o paganismo, (circos, termas, anfiteatros, mas também edifícios administrativos e templos), alegando (p. 186), por motivos de salvaguarda do património do Estado e pela preservação da ordem pública. Ora a necessidade destas leis vem indicar que o fenómeno existia, e que as cidades do séc. IV e V eram palco de competição entre grupos religiosos cristãos e pagãos pelo direito a ocupar o espaço. A *Vida de S. Martinho* de Sulpício Severo atesta a importância do combate ao paganismo feito por esta violência sobre os locais pagãos, dirigida pelo Bispo de Tours. Também se Conhecem, e têm-se estudado estas ocorrências na populosa parte oriental do império. Este é, contudo, um estudo que aborda uma realidade própria do Ocidente, e da Península Ibérica segundo uma perspectiva arqueológica. As conclusões do autor, de certo modo, permitem matizar o título adoptado por este trabalho “no existen prácticamente muestras violentas de intolerância religiosa entre las diferentes confesiones que convivieron en la Hispânia Tardia”.

De facto, lido o seu interessante trabalho, somos mais levados a pensar que a conversão de locais pagãos em cristãos teria ocorrido com menor sobressalto do que no Oriente: fosse porque eram ocupados locais anteriormente abandonados, fosse porque os ocupantes dos espaços eram os mesmos, e que, ao converterem-se ao novo culto, adaptavam o antigo espaço às antigas necessidades (um batistério num antigo templo pagão), fosse porque os edifícios públicos tivessem perdido a sua funcionalidade específica, por força de lei ou por mudança de hábitos (teatros, anfiteatros e termas), mas não o seu carácter colectivo e público.

PAULA BARATA DIAS (Universidade de Coimbra)

FERREIRA, José Ribeiro e FERREIRA, Luísa de Nazaré (coord.), *As Sete Maravilhas do Mundo Antigo*. Fontes, Fantasias, Reconstituições, Lisboa, Edições 70, 2009, 248 pp. ISBN: 978-972-44-1566-6.

Seguindo os escritos de Fílon de Bizâncio e de Antípatro de Sídon (séc. III-II a.C.), passando pelos Laterculi Alexandrini ou os textos de Heródoto, Xenofonte, Teofrasto, Políbio, Calímaco, Vitruvius, Diodoro Sículo, Estrabão, Plínio o Velho, passando por São Lucas, Gregório de Tours, Isidoro de Sevilha, Ciríaco de Ancona, Ângelo Poliziano, até às *Pinaces* (1572) de Adriaen de Jonghe, com o seu ‘corpus’ de gravuras maneiristas por Maerten van Heemskerck, é notório que os homens procuraram, desde a Antiguidade, destacar a primazia das notabilidades artísticas através de uma listagem de *superiora*, “as melhores obras entre as melhores”. Engenho, talento, rigor tecnológico e científico, harmonia, fama, constituíram (e continuam a constituir) critérios de classificação desse verdadeiro “guia para os viajantes instruídos” de que falava Fílon de Bizâncio e incluía como *mirabilia* as Muralhas e o Jardim Suspenso de Babilónia, as Pirâmides de Mênfis, a escultura de Zeus por Fídias em Olímpia, o colosso de Hélios na ilha de Rodas, o Mausolo de Halicarnasso e o templo de Ártemis em Éfeso. O fascínio gerado por estas maravilhas do Mundo Antigo (do substantivo grego *thauma*, objecto admirável, e do verbo *thaumazo*, olhar com respeito e encanto) levou a que o seu elenco fosse várias vezes discutido e reformulado, até que (já com inclusão do Farol de Alexandria) a lista terá sido fixada por Adriaen de Jonghe na segunda metade do século XVI.